

Município de Itapissuma  
ESTADO DE PERNAMBUCO

Prefeitura Municipal de Itapissuma  
**PUBLICADO**  
Em 27/10/2018  
Funcionário / Matrícula



# LDO

## Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2019

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'S' or 'J', located at the bottom right of the page.

Prefeitura Municipal de Itapissuma  
**PUBLICADO**  
Em 27/10/2018  
\_\_\_\_\_  
Funcionário / Matrícula

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA – ESTADO DE PERNAMBUCO**, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

-+++

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Itapissuma, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2019 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

## **I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 495, de 06 de junho de 2017-STN, 8ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2018.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

## **RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

## **METAS ANUAIS**

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2019 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 495/2017 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 495/2017, as METAS ANUAIS DA LDO 2019, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 495/2017, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2019, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e

evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

## **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 495/2017-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**



Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 495/2017-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

## **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

## **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

## **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.

## **II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## **III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será

estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

#### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2018 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 40% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2019, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art.

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

## **VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a



Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## **VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA**

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

### **VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de agosto de 2018



**JOSÉ BEZERRA TENÓRIO FILHO**  
Prefeito Municipal



## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
I - RECEITAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA		PREVISÃO	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
RECEITAS CORRENTES	75.852.672,05	85.703.410,30	98.269.870,00	102.446.339,48	106.605.660,88	110.880.547,89		
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.192.649,58	7.791.563,30	10.999.365,10	11.466.838,11	11.932.391,74	12.410.880,65		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.970.557,42	3.298.409,46	4.167.500,00	4.344.618,76	4.521.010,29	4.702.302,80		
RECEITA PATRIMONIAL	2.664.857,51	1.839.400,92	1.389.555,50	1.448.611,61	1.507.425,25	1.567.873,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	42.372,00	44.172,81	45.966,23	47.809,48		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.071.166,50	83.845.559,42	94.634.127,40	98.656.077,80	102.661.514,55	106.778.241,29		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.311.236,36	1.625.342,26	191.530,00	199.670,03	207.776,63	216.108,48		
RECEITAS DE CAPITAL	700.637,99	91.641,60	3.014.190,00	3.142.293,08	3.269.870,18	3.400.991,97		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	128.400,00	133.857,00	139.291,59	144.877,18		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.637,99	91.641,60	2.885.790,00	3.008.436,08	3.130.578,59	3.256.114,79		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.674.278,72	3.416.321,66	3.370.500,00	3.513.746,25	3.656.404,35	3.803.026,16		
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.674.278,72	3.416.321,66	3.370.500,00	3.513.746,25	3.656.404,35	3.803.026,16		
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-10.357.795,32	-12.696.865,06	-13.154.580,00	-13.713.649,65	-14.270.423,83	-14.842.667,83		
Total	78.227.588,76	89.211.373,56	104.654.560,00	109.102.378,80	113.531.935,39	118.084.566,00		

  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito



## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			PREVISÃO		
	2016	2017	ORÇADA	2019	2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>76.804.150,98</b>	<b>91.024.578,89</b>	<b>95.820.900,00</b>	<b>99.893.288,25</b>	<b>103.948.955,76</b>	<b>108.117.308,89</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>54.148.103,58</b>	<b>56.583.096,84</b>	<b>60.264.800,00</b>	<b>62.826.054,00</b>	<b>65.376.791,80</b>	<b>67.998.401,16</b>
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	51.578.503,70	56.583.096,84	60.264.800,00	62.826.054,00	65.376.791,80	67.998.401,16
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	2.569.599,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>116.925,23</b>	<b>176.592,82</b>	<b>140.000,00</b>	<b>145.950,00</b>	<b>151.875,57</b>	<b>157.965,78</b>
Aplicações Diretas	116.925,23	176.592,82	140.000,00	145.950,00	151.875,57	157.965,78
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>22.539.122,17</b>	<b>34.264.889,23</b>	<b>35.416.100,00</b>	<b>36.921.284,25</b>	<b>38.420.288,39</b>	<b>39.960.941,95</b>
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	22.539.122,17	34.264.889,23	35.416.100,00	36.921.284,25	38.420.288,39	39.960.941,95
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL ( II )</b>	<b>1.401.706,97</b>	<b>2.278.198,23</b>	<b>6.758.500,00</b>	<b>7.045.736,25</b>	<b>7.331.793,15</b>	<b>7.625.798,05</b>
<b>Investimentos</b>	<b>754.516,46</b>	<b>1.104.190,36</b>	<b>5.719.500,00</b>	<b>5.962.578,75</b>	<b>6.204.659,45</b>	<b>6.453.466,29</b>
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	754.516,46	1.104.190,36	5.719.500,00	5.962.578,75	6.204.659,45	6.453.466,29
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>37.530,00</b>	<b>39.053,72</b>	<b>40.619,77</b>
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	36.000,00	37.530,00	39.053,72	40.619,77
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>647.190,51</b>	<b>1.174.007,87</b>	<b>1.003.000,00</b>	<b>1.045.627,50</b>	<b>1.088.079,98</b>	<b>1.131.711,99</b>
Aplicações Diretas	647.190,51	1.174.007,87	1.003.000,00	1.045.627,50	1.088.079,98	1.131.711,99
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( III )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.075.160,00</b>	<b>2.163.354,30</b>	<b>2.251.186,48</b>	<b>2.341.459,06</b>



## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESAS  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA 2018	PREVISÃO		
	2016	2017		2019	2020	2021
Total	78.205.857,95	93.302.777,12	104.654.560,00	109.102.378,80	113.531.935,39	118.084.566,00

  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito



# Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
III - RESULTADO PRIMÁRIO  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>77.526.950,77</b>	<b>89.119.731,96</b>	<b>101.640.370,00</b>	<b>105.960.085,73</b>	<b>110.262.065,23</b>	<b>114.683.574,05</b>
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	75.852.672,05	85.703.410,30	98.269.870,00	102.446.339,48	106.605.660,88	110.880.547,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.192.649,58	7.791.563,30	10.999.365,10	11.466.838,11	11.932.391,74	12.410.880,65
Contribuições	2.970.557,42	3.298.409,46	4.167.500,00	4.344.618,76	4.521.010,29	4.702.302,80
Receita Patrimonial	2.664.857,51	1.839.400,92	1.389.555,50	1.448.611,61	1.507.425,25	1.567.873,00
Aplicações Financeiras (II)	4.198.593,50	1.839.400,92	1.389.555,50	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	-1.533.735,99	0,00	0,00	1.448.611,61	1.507.425,25	1.567.873,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	42.372,00	44.172,81	45.966,23	47.809,48
Transferências Correntes	71.071.166,50	83.845.559,42	94.634.127,40	98.656.077,80	102.661.514,55	106.778.241,29
Outras Receitas Correntes	1.311.236,36	1.625.342,26	191.530,00	199.670,03	207.776,63	216.108,48
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.674.278,72	3.416.321,66	3.370.500,00	3.513.746,25	3.656.404,35	3.803.026,16
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCALIS CORRENTES (III) = (I - II)	73.328.357,27	87.280.331,04	100.250.814,50	105.960.085,73	110.262.065,23	114.683.574,05
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	700.637,99	91.641,60	3.014.190,00	3.142.293,08	3.269.870,18	3.400.991,97
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	128.400,00	133.857,00	139.291,59	144.877,18
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	700.637,99	91.641,60	2.885.790,00	3.008.436,08	3.130.578,59	3.256.114,79
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	700.637,99	91.641,60	2.885.790,00	3.008.436,08	3.130.578,59	3.256.114,79
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCALIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)</b>	<b>74.028.995,26</b>	<b>87.371.972,64</b>	<b>103.136.604,50</b>	<b>108.968.521,81</b>	<b>113.392.643,82</b>	<b>117.939.688,84</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>78.227.588,76</b>	<b>89.211.373,56</b>	<b>104.654.560,00</b>	<b>109.102.378,81</b>	<b>113.531.935,41</b>	<b>118.084.566,02</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	76.804.150,98	91.024.578,89	95.820.900,00	99.893.288,25	103.948.955,76	108.117.308,89
Pessoal e Encargos Sociais	54.148.103,58	56.583.096,84	60.264.800,00	62.826.054,00	65.376.791,80	67.998.401,16
Juros e Encargos da Dívida (XI)	116.925,23	176.592,82	140.000,00	145.950,00	151.875,57	157.965,78
Outras Despesas Correntes	22.539.122,17	34.264.889,23	35.416.100,00	36.921.284,25	38.420.288,39	39.960.941,95
DESPESAS FISCALIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	76.687.225,75	90.847.986,07	95.680.900,00	99.747.338,25	103.797.080,19	107.959.343,11
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.401.706,97	2.278.198,23	6.758.500,00	7.045.736,25	7.331.793,15	7.625.798,05
Investimentos	754.516,46	1.104.190,36	5.719.500,00	5.962.578,75	6.204.659,45	6.453.466,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	36.000,00	37.530,00	39.053,72	40.619,77
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	647.190,51	1.174.007,87	1.003.000,00	1.045.627,50	1.088.079,98	1.131.711,99
DESPESAS FISCALIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	754.516,46	1.104.190,36	5.755.500,00	6.000.108,75	6.243.713,17	6.494.086,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	2.075.160,00	2.163.354,30	2.251.186,48	2.341.459,06
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI-a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCALIS LÍQUIDAS) (XVIII) = (XII + XV + XVI)</b>	<b>77.441.742,21</b>	<b>91.952.176,43</b>	<b>103.511.560,00</b>	<b>107.910.801,30</b>	<b>112.291.979,84</b>	<b>116.794.888,23</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>78.205.857,95</b>	<b>93.302.777,12</b>	<b>104.654.560,00</b>	<b>109.102.378,80</b>	<b>113.531.935,39</b>	<b>118.084.566,00</b>
<b>Resultado Primário (IX - XVII)</b>	<b>-3.412.746,95</b>	<b>-4.580.203,79</b>	<b>-374.955,50</b>	<b>1.057.720,51</b>	<b>1.100.663,98</b>	<b>1.144.800,61</b>



## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
IV - RESULTADO NOMINAL  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	9.324.653,35	19.721.138,26	19.511.203,07	20.340.429,20	21.166.250,63	22.015.017,28
DEDUÇÕES ( II )	14.764.272,36	-2.531.537,76	-122.709,60	-127.924,76	-133.118,51	-138.456,56
Ativo Disponível	24.125.078,97	3.285.885,39	3.805.453,29	3.967.185,05	4.128.252,76	4.293.795,70
Haveres Financeiros	517,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar Processados	9.361.324,34	5.817.423,15	3.928.162,89	4.095.109,81	4.261.371,27	4.432.252,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	-5.439.619,01	22.252.676,02	19.633.912,67	20.468.353,96	21.299.369,14	22.153.473,84
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	-5.439.619,01	22.252.676,02	19.633.912,67	20.468.353,96	21.299.369,14	22.153.473,84
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	-693.782,22	27.692.295,03	-2.618.763,35	834.441,29	831.015,18	854.104,70

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2015(R\$-4.745.836,79)

  
José Bezerra Fenório Filho  
Prefeito





## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA  
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

	(R\$)						
ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	9.324.653,35	9.324.653,35	19.721.138,26	19.511.203,07	20.340.429,20	21.166.250,63	22.015.017,28
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	9.324.653,35	9.324.653,35	19.721.138,26	19.511.203,07	20.340.429,20	21.166.250,63	22.015.017,28
DEDUÇÕES ( II )	14.070.490,14	14.764.272,36	-2.531.537,76	-122.709,60	-127.924,76	-133.118,51	-138.456,56
Ativo Disponível	21.370.075,19	24.125.078,97	3.285.885,39	3.805.453,29	3.967.185,05	4.128.252,76	4.293.795,70
Haveres Financeiros	517,73	517,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a Pagar	7.300.102,78	9.361.324,34	5.817.423,15	3.928.162,89	4.095.109,81	4.261.371,27	4.432.252,26
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>-4.745.836,79</b>	<b>-5.439.619,01</b>	<b>22.252.676,02</b>	<b>19.633.912,67</b>	<b>20.468.353,96</b>	<b>21.299.369,14</b>	<b>22.153.473,84</b>

  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito



**Prefeitura Municipal de Itapissuma**

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2019

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
				<b>0,00</b>

*José Bezerra Tenório Filho*  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito

# Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais  
2019

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	109.102.378,8	104.654.560,0	0,068	0,571	113.531.935,41	104.654.560,0	0,068	0,570	118.084.566,0	104.654.560,2	0,069	0,570
Receitas Primárias ( I )	108.968.521,8	104.526.160,0	0,067	0,571	113.392.643,82	104.526.160,0	0,068	0,570	117.939.688,8	104.526.160,2	0,069	0,569
Despesa Total	109.102.378,8	104.654.560,0	0,068	0,571	113.531.935,39	104.654.560,0	0,068	0,570	118.084.566,0	104.654.560,2	0,069	0,570
Despesas Primárias ( II )	107.910.801,3	103.511.560,0	0,067	0,565	112.291.979,84	103.511.560,0	0,068	0,564	116.794.888,2	103.511.560,2	0,069	0,564
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.057.720,51	1.014.600,01	0,001	0,006	1.100.663,98	1.014.600,03	0,001	0,006	1.144.800,61	1.014.600,03	0,001	0,006
Resultado Nominal	834.441,29	800.423,30	0,001	0,004	831.015,18	766.035,81	0,001	0,004	854.104,70	756.965,58	0,001	0,004
Dívida Pública Consolidada	20.340.429,20	19.511.203,07	0,013	0,107	21.166.250,63	19.511.203,07	0,013	0,106	22.015.017,28	19.511.203,12	0,013	0,106
Dívida Consolidada Líquida	20.468.353,96	19.633.912,67	0,013	0,107	21.299.369,14	19.633.912,68	0,013	0,107	22.153.473,84	19.633.912,72	0,013	0,107
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
	PIB real (crescimento % anual)	2,83	2,66
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,37	3,42	3,47
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,25	4,06	4,01
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	161.685.000.000,00	165.966.000.000,00	170.385.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	19.097.000.000,00	19.909.000.000,00	20.717.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2019	2020	2021
Valor Corrente / 1,0425	Valor Corrente / 1,0848	Valor Corrente / 1,1233

*José S. Bezerra Tenório Filho*  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito

**Município de Itapissuma - Consolidado**

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2019



AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas 2017		II - Metas Realizadas 2017		Variação (II - I)	
	Previsas	% PIB	Realizadas	% PIB	Valor	%
	(a)	(b)	(c) = (b - a)	(c/a) x 100		
Receita Total	82.569.039,81	0,054	89.211.373,56	0,058	6.642.333,75	8,04
Receitas Primárias ( I )	77.383.039,81	0,051	87.371.972,64	0,057	9.988.932,83	12,90
Despesa Total	82.569.039,81	0,054	93.302.777,12	0,061	10.733.737,31	12,99
Despesas Primárias ( II )	80.304.310,40	0,052	91.952.176,43	0,060	11.647.866,03	14,50
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-2.921.270,59	-0,013	-4.580.203,79	-	-1.658.933,20	56,78
Resultado Nominal	685.294,97	0,000	27.692.295,03	0,018	27.007.000,06	3940,93
Divida Pública Consolidada	17.279.837,84	0,011	19.721.138,26	0,013	2.441.300,42	14,12
Divida Consolidada Líquida	17.279.837,84	0,011	22.252.676,02	0,015	4.972.838,18	28,77

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2017	153.191.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2017	153.191.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2017	21.785.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2017	17.845.000.000,00

*Jose Bezerra Tenório Filho*  
Prefeito



## Município de Itapissuma - Consolidado

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores  
2019

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	78.227.588,76	89.211.373,56	14,0	104.654.560,00	17,3	109.102.378,81	4,3	113.531.935,41	4,1	118.084.566,02	4,0
Receitas Primárias ( I )	74.028.995,26	87.371.972,64	18,0	103.136.604,50	18,0	108.968.521,81	5,7	113.392.843,82	4,1	117.939.688,84	4,0
Despesa Total	78.205.857,95	93.302.777,12	19,3	104.654.560,00	12,2	109.102.378,80	4,3	113.531.935,39	4,1	118.084.566,00	4,0
Despesas Primárias ( II )	77.441.742,21	91.952.176,43	18,7	103.511.560,00	12,6	107.910.801,30	4,3	112.291.979,84	4,1	116.794.888,23	4,0
Resultado Primário ( III )=( I - II )	-3.412.746,95	-4.580.203,79	0,0	-374.955,50	0,0	1.057.720,51	0,0	1.100.663,98	4,1	1.144.800,61	4,0
Resultado Nominal	-693.782,22	27.692.295,03	-4091,5	-2.618.763,35	-109,5	834.441,29	-131,9	831.015,18	-0,4	854.104,70	2,8
Dívida Pública Consolidada	9.324.653,35	19.721.138,26	111,5	19.511.203,07	-1,1	20.340.429,20	4,3	21.166.250,63	4,1	22.015.017,28	4,0
Dívida Consolidada Líquida	-5.439.619,01	22.252.676,02	-509,1	19.633.912,67	-11,8	20.468.353,96	4,3	21.299.369,14	4,1	22.153.473,84	4,0

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	83.716.450,99	92.735.222,82	10,8	104.654.560,00	12,8	104.654.560,01	0,0	104.654.560,03	0,0	104.654.560,26	0,0
Receitas Primárias ( I )	79.223.261,92	90.823.165,56	14,6	103.136.604,50	13,6	104.526.160,01	1,4	104.526.160,03	0,0	104.526.160,27	0,0
Despesa Total	83.693.195,43	96.988.236,82	15,9	104.654.560,00	7,9	104.654.560,00	0,0	104.654.560,01	0,0	104.654.560,25	0,0
Despesas Primárias ( II )	82.875.465,28	95.584.287,40	15,3	103.511.560,00	8,3	103.511.560,00	0,0	103.511.560,01	0,0	103.511.560,24	0,0
Resultado Primário ( III )=( I - II )	-3.652.203,36	-4.761.121,84	0,0	-374.955,50	0,0	1.014.600,01	0,0	1.014.600,03	0,0	1.014.600,03	0,0
Resultado Nominal	-742.461,66	28.786.140,68	-3977,1	-2.618.763,35	-109,1	800.423,30	-130,6	766.035,81	-4,3	756.965,58	-1,2
Dívida Pública Consolidada	9.978.920,45	20.500.123,22	105,4	19.511.203,07	-4,8	19.511.203,07	0,0	19.511.203,07	0,0	19.511.203,12	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-5.821.291,51	23.131.656,72	-497,4	19.633.912,67	-15,1	19.633.912,67	0,0	19.633.912,68	0,0	19.633.912,72	0,0

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2016	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		
	2017	2019*	2021*
6,29	3,95	4,25	4,06

  

VALORES DE REFERÊNCIA			
Valor Corrente x 1,0702	Valor Corrente x 1,0395	Valor Corrente x 1,0425	Valor Corrente / 1,0848
Valor Corrente / 1,1283	Valor Corrente / 1,0848	Valor Corrente / 1,0425	Valor Corrente / 1,1283

\* Inflação Média ( % anual ) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

*José Bezerra Tenório Filho*  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito

**Município de Itapissuma - Consolidado**  
 ESTADO DE PERNAMBUCO  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido  
 2019



AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2017		2016		2015	
	%		%		%		%
Patrimônio/Capital	4.562.679,45	100,00	8.488.543,70	100,00	109.367.914,18	100,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>4.562.679,45</b>	<b>100,00</b>	<b>8.488.543,70</b>	<b>100,00</b>	<b>109.367.914,18</b>	<b>100,00</b>	

*Jose Bezerra Tenório Filho*  
 Prefeito

(R\$)

**Município de Itapissuma - Consolidado**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2019

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
(a)	(b)	(c)	
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
Recicla de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS REALIZADAS	2017	2016	2015
(d)	(e)	(f)	
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(g)=((Ia-II(d))+III(h))	(h)=((Ib-II(e))+III(i))	(i)=(Ic - II(f))	

*José Bezerra Tenório Filho*  
Prefeito



## Regime Próprio de Prev. Própria do Mun. de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2019

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMEN</b>	9.325.009,76	4.224.525,08	4.044.427,05
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	9.325.009,76	4.224.525,08	4.044.427,05
Receita de Contribuições dos Segurados	1.966.515,05	2.144.677,93	2.381.837,98
Pessoal Civil	1.966.515,05	2.144.677,93	2.381.837,98
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	2.738.775,88	2.006.041,79	1.650.487,45
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.619.718,83	73.805,36	12.101,62
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	4.619.718,83	73.805,36	12.101,62
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>(-)DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)</b>	0,00	1.674.278,12	3.416.321,66
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	0,00	1.674.278,12	3.416.321,66
Receitas de Contribuições	0,00	1.674.278,12	3.416.321,66
Patronal	0,00	1.674.278,12	2.375.200,54
Pessoal Civil	0,00	1.674.278,12	2.375.200,54
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00





## Regime Próprio de Prev. Própria do Mun. de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2019

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")				
<b>Em Regime de Débitos e Parcelamento</b>				
Receita Patrimonial				1.041.121,12
Receita de Serviços				0,00
Outras Receitas Correntes				0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				<b>0,00</b>
Outras Receitas de Capital				0,00
<b>(-)DEDUÇÕES DA RECEITA</b>				<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>		9.325.009,76	5.898.803,20	<b>7.460.748,71</b>



## Regime Próprio de Prev. Própria do Mun. de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
2019

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2015	2016	2017
<b>DESPESAS</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(IV)</b>	4.154.823,02	5.417.503,70	6.190.387,28
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	390.038,75	351.300,70	302.247,97
Despesas Correntes	390.038,75	351.300,70	287.367,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	14.880,00
<b>PREVIDÊNCIA</b>	3.764.784,27	5.066.203,00	5.888.139,31
Pessoal Civil	3.764.784,27	5.066.203,00	5.888.139,31
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)</b>	4.154.823,02	5.417.503,70	6.190.387,28
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	5.170.186,74	481.299,50	1.270.361,43
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (X) = S.Ex.Ant. + (VIII + IX)</b>	24.521.643,52	30.420.446,72	37.881.195,43

Nota

- O saldo de bens e direitos de 2014 era R\$ 15.196.633,76

  
José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito



## Prefeitura Municipal de Itapissuma

ESTADO DE PERNAMBUCO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita  
2019

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2019	2020	
			0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

José Bezerra Tenório Filho  
Prefeito

**Município de Itapissuma - Consolidado**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de  
 Caráter Continuado  
 2019

(R\$)

EVENTOS	
0,00	Aumento Permanente da Receita
0,00	( - ) Transferências Constitucionais
0,00	( - ) Transferências ao FUNDEB
0,00	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )
0,00	Redução Permanente de Despesas ( II )
0,00	Margem Bruta ( III ) = ( I + II )
0,00	Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV )
0,00	Novas DOCC
0,00	Novas DOCC Geradas Pelas PPP
0,00	Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V )=( III - IV )

*Jose Bezerra Tenório Filho*  
 José Bezerra Tenório Filho  
 Prefeito

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)